

Beatriz Anselmo Olinto

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6520-0711>

Daniela Vallandro de Carvalho

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0009-005-3881-7280>

Lucy Victoria Chimilowski

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3762-3799>

A repolitização da ação humanitária na revista informação MSF (1997-2020)

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a atuação humanitária da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) no início do século XXI, a partir da análise do periódico Informação, publicado pela instituição desde 1997. Considerando que a atuação de MSF se estrutura em três eixos — atendimento médico, ajuda humanitária e divulgação/sensibilização coletiva —, analisa-se como a revista buscou, em seus conteúdos, não apenas suas atividades e sensibilizar o público sobre o sofrimento humano, mas também promover uma repolitização da ação humanitária, no sentido proposto por Didier Fassin. Nesse contexto, por meio da denúncia da situação de refugiados e deslocados, dos relatos de experiências e da constituição de novas subjetividades, o periódico se apresenta como um espaço de resistência à adiaforização das ações na contemporaneidade.

Palavras-chave: Políticas de Vida; Biopolítica; MSF; Periódicos.

The repoliticization of humanitarian action in the journal MSF information (1997-2020)

Abstract

The aim of this article is to reflect on the humanitarian work of Médecins Sans Frontières (MSF) at the beginning of the 21st century, based on an analysis of the periodical Informação, published by the organization since 1997. Considering that MSF's work is structured around three axes - medical care, humanitarian aid and collective dissemination/sensitization - we analyze how the magazine sought, in its content, not only to showcase its activities and raise public awareness of



human suffering, but also to promote a repoliticization of humanitarian action, in the sense proposed by Didier Fassin. In this context, by denouncing the situation of refugees and displaced people, reporting on experiences and constituting new subjectivities, the journal presents itself as a space of resistance to the adiaforization of actions in contemporary times.

Keywords: Politics of life; Biopolitics; MSF; Periodicals

La repolitización de la acción humanitaria en la revista MSF información (1997-2020)

Resumen

Este artículo pretende reflexionar sobre la labor humanitaria de Médicos Sin Fronteras (MSF) a principios del siglo XXI, a partir del análisis de la revista *Informação*, publicada por la institución desde 1997. Considerando que el trabajo de MSF se estructura en torno a tres ejes -atención médica, ayuda humanitaria y publicidad/concienciación colectiva-, analizamos cómo la revista buscaba, en su contenido, no sólo mostrar sus actividades y sensibilizar a la opinión pública sobre el sufrimiento humano, sino también promover una repolitización de la acción humanitaria, en el sentido propuesto por Didier Fassin. En este contexto, al denunciar la situación de los refugiados y desplazados, informar sobre experiencias y constituir nuevas subjetividades, la revista se presenta como un espacio de resistencia a la adiaforización de las acciones en contemporaneidad.

Palabras clave: Política de La Vida; Biopolítica; MSF; Publicaciones Periódicas.

Introdução

A história é o projeto simbólico de nossa existência, mais as escolhas morais que fazemos todos os dias (Bauman; Donskis, 2014, p. 40). Em 1999, quando Médicos Sem Fronteiras (MSF) recebeu o Prêmio Nobel da Paz, o Dr. James Orbinski, então presidente do Conselho Internacional da organização, foi o responsável por receber a homenagem. Em seu discurso, afirmou:

O silêncio tem sido, há tempos, confundido com neutralidade, e apresentado como condição necessária para a atuação humanitária. Desde o começo, MSF se estabeleceu em oposição a essa máxima. Não estamos certos de que as palavras podem sempre salvar vidas, mas sabemos que o silêncio pode, certamente, matar (MSF, s.d.).

Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma organização humanitária fundada na França em 1971, por médicos e jornalistas que, como voluntários, atuaram na Nigéria durante a Guerra de Biafra, no final dos anos 1960. Nesse conflito, a fome foi usada como uma arma de guerra, resultando na morte de mais de um milhão de pessoas. Desde sua fundação, MSF delineou três eixos de atuação: o atendimento médico, o auxílio humanitário e a divulgação/sensibilização pública. Propondo um humanitarismo que não apenas atende as pessoas, mas também expõe e divulga o sofrimento humano por meio de informativos, relatórios, notícias diversas, periódicos, documentários, *podcasts*, entre outros, a organização representa o que Didier Fassin chamou de repolitização do trabalho humanitário. Ao fazer isso, MSF não se limita à ajuda imediata, mas também questiona as causas e as condições estruturais que perpetuam o sofrimento.





No início do século XXI, a organização teve desafios crescentes, especialmente no atendimento a populações refugiadas e deslocadas. O agravamento das condições de trabalho se deve, em grande parte, ao crescente cerceamento das políticas migratórias: “os Estados têm aprimorados e implementados um leque cada vez maior de medidas restritivas” (Derderian; Schckaert, 2009, p. 111). Esse cenário foi analisado como uma particularidade de securitização da imigração, termo cunhado por Osaki, que descreve o processo no qual os imigrantes passaram a ser vistos como uma ameaça à segurança nacional, e não mais como sujeitos de direitos. A securitização contribui para um ambiente de exclusão e marginalização da situação em situação de vulnerabilidade, dificultando ainda mais o trabalho humanitário, que precisa lidar com obstáculos legais e burocráticos, além de enfrentar o estigma crescente associado aos imigrantes e refugiados. Nesse contexto, MSF se vê desafiado não apenas a oferecer ajuda, mas a se posicionar politicamente, lutando por políticas mais inclusivas e pelo reconhecimento dos direitos fundamentais dessas leis.

O presente artigo discute o atendimento de MSF e as suas estratégias de resistência à insensibilidade pública através das páginas do seu periódico *Informação* durante as duas primeiras décadas do século atual, até janeiro de 2020, mais precisamente, no período imediatamente anterior da expansão da pandemia de Covid-19. Tal recorte visa delimitar o objeto da pesquisa a esse momento anterior à pandemia, pois o MSF havia previamente diagnosticado uma crescente insensibilidade global e enfrentava essa questão não só com sua atuação, mas também pelas páginas da sua revista. Essa adiaforização das condutas, definida como uma “exclusão (das decisões e ações) do domínio da avaliação moral” (Bauman; Donskis, 2014, p. 23) na modernidade líquida contemporânea. Tal quadro estava delineado nas ações biopolíticas de estados, nas organizações e nos indivíduos antes da chegada da Covid-19, porém, essa última, expôs a questão de maneira irrefutável.¹

O periódico *Informação* é produzido pela organização MSF desde 1997 e permanece em circulação até hoje. Inicialmente, foi impresso e enviado aos doadores, mas atualmente está disponível em acesso aberto no *site* da organização, sendo publicado exclusivamente em formato digital a partir de 2021. Sobre o uso de periódicos como fontes históricas, Tânia Regina de Luca ressalta que seu conteúdo articula objetivos, estrutura e sentidos, e alerta que “[...] é preciso atentar para os responsáveis e colaboradores mais assíduos, pois, na maioria das vezes, revistas e jornais relevantes são em projetos coletivos” (Luca, 2008, p. 118).

Trata-se de um projeto político coletivo que se articula com as noções de economia moral e políticas da vida desenvolvidas por Fassin (2016). A MSF resiste à desumanização das situações expostas ao sofrimento, ao mesmo tempo em que atende e divulga as suas condições. Além disso, a organização enfrentou a chamada “crise moral”, também comprovada por Fassin, ao romper com a concepção tradicional de neutralidade do trabalho humanitário. Nesse processo, politiza sua atuação e atribui papéis de protagonismo a diversas subjetividades envolvidas em suas ações. Nesse contexto, a revista *Informação* atua como um instrumento de denúncia e reflexão política, dando visibilidade a acontecimentos, pessoas e iniciativas que denunciam as brutalidades cometidas contra seres humanos.

Repolitização da ação humanitária: reflexões contemporânea

Em Ao buscar tornar visível o sofrimento humano, MSF evidenciou, no início do século XXI, o enfraquecimento da sensibilidade para as causas humanitárias, especialmente na política de atendimento aos refugiados. Paralelamente, os Estados nacionais reforçaram as suas fronteiras e reduziram a responsabilidade de proteger as suas leis, contrariando o compromisso global estabelecido pela ONU, como aponta Guimarães:

¹ Boaventura de Souza Santos afirma sobre os resultados do gerenciamento pandêmico que: “a economia prosperasse em cima de um monte de cadáveres” (Souza Santos, 2021, p. 28)



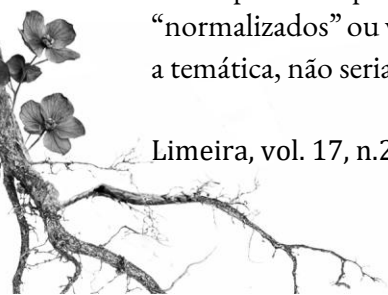


As normas de intervenção humanitária se estruturam num contexto normativo e político internacional. No cenário pós-Guerra Fria, seguido de acontecimentos históricos de atrocidades em massa contra civis, ocorridos na década de 1990, as normas, assim como o próprio debate em torno das intervenções humanitárias, adquiriram notoriedade. Nesta conjuntura surgiu, em 2001, o princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P), por meio da elaboração da Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania Estatal (ICISS), e se consolidou como princípio do Direito Internacional em 2005, na Cúpula Mundial das Nações Unidas. Seu ponto de inflexão se deu por meio da Resolução nº1973 no ano de 2011 – emanada pelo Conselho de Segurança da ONU – que redundou na intervenção na Líbia (Guimarães, 2020, p. 8)

As normas de intervenção humanitária estão inseridas em um sistema complexo de regras e práticas que envolvem os direitos internacionais, as decisões políticas de países e as normas condicionais pelas organizações internacionais, como as Nações Unidas. Esse contexto é moldado por um conjunto de valores que busca proteger os direitos humanos e intervir em situações de grave violação desses direitos. O R2P, conforme Fassin (2016), prevê que cada Estado, individualmente, tem a responsabilidade de proteger suas populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Já a legislação para os refugiados e deslocados é fundada pela Convenção de Genebra em 1951, no contexto pós II Guerra e envolvia apenas populações europeias. Só a partir de 1967, com o Protocolo de Nova York da ONU, é que foi generalizada “a proteção de Genebra para qualquer pessoa que se encaixasse na definição de refugiado” (MSF, s. d.).

No periódico *Informação*, o termo utilizado para se referir a indivíduos que tiveram que sair dos seus territórios forçadamente é o termo “deslocados”. No dicionário de língua portuguesa, estes sujeitos são significados da seguinte maneira: “deslocados são pessoas que foram forçadas a sair de suas casas ou lugar de residência habitual.” (Dicio, s. d). O termo se refere ao fenômeno conhecido como migração forçada. Deslocado é um adjetivo que significa que algo ou alguém está fora do seu lugar. Além deste termo, são utilizadas também as definições: expatriado, asilado, desterrado, emigrado, degredado e entre outras, e a mais frequente, refugiados. Esses ultimo refere-se a “pessoa que, em razão de uma guerra ou por sua religião, etnia, orientação sexual, ideologia etc., foi obrigada a sair de sua terra natal e se mudar para outra, por ser alvo de perseguição” (Dicio, s.d). Podem ser assim percebidas as diferenças carregadas pelo uso das palavras “deslocado” e “refugiado”, seus sentidos possuem especificidades, pois que o termo “refugiado” apresenta em si características políticas que agregam - para além da situação de desterro - também a ideia de serem estes indivíduos “alvos de perseguição” em sua terra natal.

Voltando a Bauman e Donkis (2014), a adiaforização é caracterizada como uma forma de conceber uma determinada ação como neutra e, assim, inviabilizar a reflexão sobre suas consequências morais e políticas. Situação esta que proporcionaria que atos moralmente injustificáveis em outros contextos pudessem ser normalizados. Configura-se, portanto, num processo no qual ações ou decisões que, em um contexto moral, devem ser consideradas injustificáveis, são vistas como neutras, desprovidas de julgamento ético. Ao considerar uma ação como “neutra”, cria-se uma espécie de distanciamento moral que impede uma reflexão crítica sobre as consequências dessa ação. Em outras palavras, ao neutralizar algo, evita-se discutir se aquilo é moralmente certo ou errado, permitindo que ações que, em outras situações, sejam inaceitáveis, se tornem vistas como normais ou aceitáveis. No caso de Bauman e Donkis, essa neutralidade torna possível que atos, como violação de direitos humanos ou outras formas de injustiça, sejam “normalizados” ou vistos como parte de uma rotina. Dialogando tal conceito com as análises de Fassin sobre a temática, não seriam essas decisões localizadas fora de uma moral e em uma suposta neutralidade política,





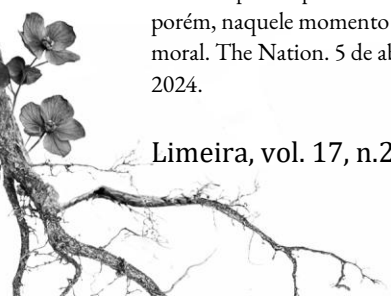
mas inscritas em uma economia moral específica encapsulada na noção de neutralidade. Nesse sentido, a volta da discussão política sobre o atendimento humanitário seria uma maneira de resistir a suposta neutralidade que transformou os direitos humanos em uma benesse, concedida para alguns e negada a muitos outros.²

Refletindo sobre a normalização de uma política que gerencia as vidas humanas fora do campo da moral, pode-se recorrer à noção de biopolítica desenvolvida por Michel Foucault, que a conceitua enquanto um conjunto de mecanismos pelos quais a governamentalidade moderna gerencia a vida em sociedade, buscando melhorar a saúde, a produtividade e o bem-estar, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo normas e práticas que regulam corpos e populações. Ao contrário das formas tradicionais de poder, que se concentram principalmente na repressão e controle da população, a biopolítica é centrada na gestão e otimização da vida humana, tratando os indivíduos como objetos de administração e regulação. Foucault discorreu sobre a biopolítica como um poder que atua diretamente na organização e regulação dos corpos, das políticas e das esferas sociais, desde a saúde pública até as normas econômicas e comportamentais. Esse poder busca gerenciar a vida, equilibrando as liberdades individuais com os critérios coletivos e sociais, sendo exercido por meio de instituições como hospitais, escolas, prisões, além dos sistemas de saúde e políticas de segurança pública. Nesse contexto, a biopolítica não apenas regula o comportamento, mas também cria uma relação intrínseca entre poder, saúde, educação, bem-estar e até sexualidade, moldando o comportamento social de maneira contínua. Assim, a biopolítica possui um duplo sentido: é um poder de vida e também, um poder de morte. Dentre as formas de normalização desse poder de morte, o racismo se configurou como uma das mais significativas, pois realiza um corte que divide a humanidade e define quem será deixado para morrer na invisibilidade ou na visibilidade silenciada.

É a partir deste conceito que Mbembe desenvolveu a noção de necropolítica. Segundo o autor, essa noção atua como ampliação dos poderes soberano e biopoder de Foucault, pois são compreendidos como atuando conjuntamente na decisão biopolítica de quem deve viver ou morrer. Onde “o deixar morrer”, mais que se tornar aceitável, se transforma em um “fazer morrer” a partir das estruturas coloniais contemporâneas. Para Mbembe, o objetivo das necropolíticas é causar a destruição de alguns grupos de forma legalizada, a partir da aplicação de condições de vida sub-humanas, aplicando o *status* de desumanização dos corpos de determinados sujeitos. Assim, os estados nacionais utilizam dispositivos para aplicar suas necropolíticas seletivas e hierarquizadas sobre os classificados como suspeitos ou indesejáveis, lembrando aqui mais uma vez a análise de Fassin: “A política governa vidas, se manifesta nos corpos e procede escolhas morais” (Fassin, 2018, p. 17).

Didier Fassin (2001) também destacou, a partir de dados da França, Itália e Espanha durante as ondas migratórias no início de 2011, que os grupos mais atingidos pelas políticas de exclusão social são racialmente selecionados, especialmente aqueles de origem negra ou islâmica. Naquele contexto, migrantes que já vinham de condições humanitárias precárias em seus países de origem passaram a enfrentar novas barreiras nos locais de asilo, tanto nas condições de vida oferecidas quanto nas dimensões sociais, como a xenofobia, sendo vistos como sujeitos indesejados nos países do Norte global. Essas considerações, ao longo do século XXI, se estenderão também aos latino-americanos e às outras disposições não brancas fora do epicentro europeu e norte-americano. O corpo dos migrantes torna-se, assim, o lugar de inscrição das políticas de imigração, refletindo uma interpretação cada vez mais restritiva da Convenção de Genebra pelos países europeus — processo que, segundo Fassin, teve início ainda na década de 1990.

² Fassin aponta que o número de refugiados na Europa em 2015 era semelhante aos números do período dos conflitos na ex-Yugoslávia, porém, naquele momento esses não eram vistos como um problema ou uma crise. Ver: Fassin, Didier. A questão dos refugiados como crise moral. *The Nation*. 5 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/from-right-to-favor/>. Acesso em: 7 mai. 2024.





Ampliando a análise, é possível recorrer a Kabengele Munanga, que discute o racismo como um mecanismo de limitações do acesso à saúde, tanto no contexto brasileiro quanto no global. Para Munanga, o racismo atua como um processo de diferenciação e exclusão profundamente enraizado na estrutura social, o que o torna invisível e difícil de combater. Como resposta a essa realidade, propõe-se três caminhos para o enfrentamento do racismo estrutural: a criação de legislação específica, a promoção de uma educação antirracista e a implementação de ações afirmativas. Munanga enfatiza que o combate ao racismo requer uma abordagem multifacetada, que combine consciência crítica e ações concretas. Dessa forma

[...] a sociedade atribuía uma escala de valores entre as raças, onde os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” e, estabelecia relações entre o caráter biológico (da raça negra) e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores, nascendo daí o racismo ligado ao conceito de raça (Munanga, 2005, p. 5).

Vale ressaltar que a ação destes estados nacionais supracitados, ao conduzirem suas políticas de exclusão pelo viés racial em relação aos imigrantes que passam a afluir pra seus territórios não estão criando ou inovando em suas práticas discriminatórias, mas fazendo releituras dentro do que a legislação permitiu e do que a história vivenciou na passagem dos séculos XIX para o século XX, no sul global, sobretudo em relação as populações negras oriundas de sistemas escravistas, como no caso do Brasil com uma ciência fortemente marcada pelo “racismo científico”³. Historicizando um pouco mais, é possível afirmar que as ideias que vão dar corporeidade e legitimidade a este racismo científico têm sua conformação entre os séculos XVIII e XIX, quando pensadores e cientistas europeus buscaram estabelecer bases e parâmetros sociais em hierarquias raciais embasadas em diferenças físicas e biológicas entre as raças,⁴ tal qual Munanga discorre. Pois como disse Schwarcz (2019, p. 31) “a emergência do racismo é (...) uma espécie de ‘troféu da modernidade’”.

Não estaríamos fazendo um deslocamento retórico do racismo científico do século XIX a um xeno-racismo ou uma xenofobia racializada nos séculos XX e XXI, como propôs Sinavadan, ao falar de seletividade desigual no acolhimento de estrangeiros migrantes e imigrantes na condição de deslocados? Evidente que não se verifica apenas uma mudança discursiva, mas uma mudança discursiva que insere novos elementos distintivos entre os grupos a serem “acolhidos” e tratados desigualmente que incide na prática sobre o poder de vida e poder de morte lançado sobre estes sujeitos.

Para Sivanandan (2001), o xeno-racismo é um racismo, que não é dirigido, necessariamente:

Àqueles com pele escura, [oriundo] dos antigos territórios coloniais, mas às novas categorias de deslocados, despossuídos e desarraigados, que estão batendo nas portas da Europa Ocidental, a Europa que ajudou a substituí-los em primeiro lugar. É um racismo, isto é, que não pode ser codificado por cores, dirigido também para brancos pobres e, portanto, é passado como xenofobia, um medo “natural” de estranhos [...]. É xeno-racismo (Sivanandan, 2001, p. 3).

³ Para Schwarcz, o racismo científico é a aplicação de métodos e teorias pseudo-científicas para justificar a inferioridade de grupos humanos com base em características físicas ou culturais, como a raça, para legitimar a discriminação e desigualdade, legitimando práticas racistas. SCHWARCZ, L. K. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴ Uma discussão mais aprofundada sobre raça, racismo e ciência pode ser encontrada em: PATY, Michel. O discurso sobre as raças e a ciência. ESTUDOS AVANÇADOS 12 (33), 1998.





Tais questões são fundamentais para compreendermos o contexto em que as táticas de divulgação de MSF estão inseridas, bem como as denúncias das situações de calamidade enfrentadas por partes da humanidade. Ao abordar as necropolíticas, é crucial entender que as ferramentas utilizadas para sua implementação são os aparelhos sociais públicos. Nesse sentido, em 2021, a MSF divulgou a sua avaliação sobre a situação do campo de refugiados em Lesbos, na Grécia, destacando a replicação do seu modelo em outras regiões da Europa, da seguinte forma:

É chocante ver que o campo de Moria, em Lesbos, que não era apenas disfuncional, mas mortal, tornar-se agora o modelo para um novo centro semelhante a uma prisão em Samos. A nova instalação fica em uma área remota e exposta da ilha e irá manter as pessoas em contêineres, cercadas por arame farpado, com entrada e saída controladas. Isso não pode ser considerado uma melhoria nas condições de vida das pessoas. Pelo contrário, isso continuará a causar danos na saúde mental das pessoas, uma nova crise de proteção e tornará o sofrimento dos migrantes presos nas ilhas gregas ainda mais invisível (MSF, s.d).

Pode-se analisar de que forma o estado nacional, nesse caso o grego, aplica necropolíticas silenciosas nas populações refugiadas, através do mal funcionamento de instalações para abrigo destes indivíduos, os quais são submetidos a campos de refúgio que padecem de condições básicas de higiene e segurança. Não são casos isolados os campos que sofrem com ataques que forças policiais e/ou armadas, mas também com a própria estrutura desses locais, o campo de Lesbos havia passado por um incêndio em 2016⁵, situação que se repetiu de forma mais grave em 2020⁶, reflexo das situações precárias, sendo projetado para abrigar 2200 pessoas, no momento do incêndio contava com mais de 13 mil pessoas⁷. A omissão estatal é compreendida como uma estratégia de adiaforização das condutas e dos gerenciamentos públicos, uma suposta neutralidade que busca “excluir categorias de seres humanos do eixo moral-imoral” (Bauman; Donskis, 2014, p. 52) e, assim, sem reflexão moral, possibilitar ações desumanas para com essas pessoas.

Acrescente-se ao quadro as ações de fechamento de fronteiras, como as da União Europeia, para refugiados em períodos de conflitos armados no Oriente Médio e África. Todas essas questões ultrapassam o que se poderia entender como uma crise de refugiados, apresentam-se como a construção de um tratamento das diferenças como questão de segurança nacional, um estranhamento dos estrangeiros, que se tornam indesejáveis, mais ainda, que se tornam suspeitos. (Bauman; Donskis, 2014, p. 127). Aqui destacamos que a associação de determinados grupos de indivíduos migrantes com seres indesejados em menor medida, e em maior medida como suspeitos em potencial, logo entendidos como perigosos a estas nações que os “acolhem” e os “repelem” também não são estratégias inovadoras destes estados nacionais, mas reedições contemporâneas à luz de problemas também contemporâneos, de ideias que deitam raízes no século XIX europeu, mais precisamente presentes em indivíduos propensos à criminalidade, característica esta latente e presente em algumas raças, como defendeu o médico e criminalista italiano Cesare Lombroso. Conforme Agier:

O antropólogo francês Michel Agier observa que o termo ganhou uso oficial em documentos administrativos já no século 19, em países como Brasil, Estados Unidos, Alemanha e França. Mas, hoje, ressurgiu com força em discursos políticos e registros

⁵ Sobre o incêndio de 2026, recomendamos ver: <https://brasil.un.org/pt-br/74363-inc%C3%A2ndio-em-campo-de-refugiados-na-ilha-de-lesbos-na-gr%C3%A9cia-desabriga-cerca-de-800-pessoas>. Acesso em: 27 jul. 2024.

⁶ Ver: Costa, 2021.

⁷ Sobre o incêndio de 2020 ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maior-campo-de-refugiados-da-europa-pega-fogo-em-lesbos-na-grecia/>. Acesso em: 30 ago. 2024.





policiais, especialmente na Europa. “Homens jovens, racializados, de origem subsaariana ou norte-africana são designados como indesejáveis com base em sua etnia, precariedade econômica, idade e gênero. (Agier apud Arantes, 2025, s.p)

Nesse sentido, é possível observar resquícios destas ideias gestadas ainda no século XIX no tratamento de refugiados como indesejados e perigosos, sobretudo verificados em discursos oficiais ou de imprensa bem como nas legislações migratórias de alguns países. Assim, pode-se dizer que as teorias lombrosianas, tem sido reinterpretada e utilizada para justificar a exclusão e o medo em relação a grupos específicos, como os refugiados, que são frequentemente associados à criminalidade e visto como ameaça à segurança nacional. Ainda para Agier (2025):

A indesejabilidade expressa-se em níveis diversos: jurídicos, sociais, simbólicos e afetivos. “O princípio da indesejabilidade tem a ver com a ideia de Hannah Arendt da superfluidade: tornar alguém indesejável é torná-lo possível de desaparecer.” Esse processo (...) concretiza-se nos campos – de refugiados, de detenção, de retenção administrativa –, que já são o primeiro passo do desaparecimento. “Quem está em um campo está fora do espaço social, do espaço cidadão (Agir, 2025, s.p).

A política de nações que escolhem acolher ao mesmo tempo que repelir, pode parecer um contrassenso, mas como bem lembra Agier, “as palavras “hostilidade” e “hospitalidade” derivam da mesma raiz latina e compartilham uma tensão constitutiva. “Essa dualidade ou ambiguidade se encarna em noções que, sendo próximas, designam tanto o inimigo como o hóspede” (Agier *apud* Arantes, 2025, s. p).

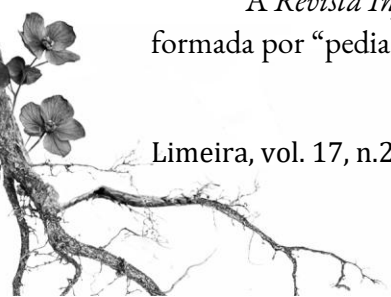
Desde 1998, Fassin já demonstrava que os migrantes na França eram tratados como indivíduos indesejados, e que as intervenções sociais na área da saúde revelavam vieses políticas e práticas repressivas veladas por parte do Estado francês. Nas suas análises, o autor aponta que a chamada crise europeia de refugiados é, antes de tudo, uma questão moral, e não apenas demográfica. O problema não se resume à disponibilidade de espaço físico nos países de asilo, mas envolve a existência de dispositivos capazes de garantir uma vida digna — e não apenas uma sobrevivência temporária —, considerando que o retorno dos migrantes aos seus países de origem não é uma certeza.

Ao longo do século XXI, a França desenvolveu medidas de cuidado em saúde que não se limitavam ao atendimento físico dos migrantes, incluindo também programas de apoio psicológico. No entanto, essas iniciativas revelam uma redução do espaço da questão dos refugiados no âmbito dos direitos legais internacionais, à medida que privilegiavam as avaliações sobre corpos doentes e necessidades médicas, esvaziando, assim, a dimensão política da atuação humanitária.

A análise de alguns aspectos da revista *Informação* e da própria atuação de MSF sob essa problemática contemporânea expõe preconceitos das formas pelas quais, ao compor novas subjetividades nas páginas do periódico, a organização buscou posicionar-se como uma resistência antirracista e anticolonial objetivando repolitizar a ação humana.

Estratégias de sensibilização: apontamentos sobre subjetividades na revista *Informação*

A *Revista Informação*, na edição de 2018, apresentava a equipe da organização na contracapa como formada por “pediatras, cirurgiões, enfermeiros, farmacêuticos, ginecologistas, fisioterapeutas, psicólogos,





anestesistas, profissionais logísticos, e administradores, entre outros.” (Revista Informação, 2018)⁸. Acompanhando a mesma edição, no Editorial, a então diretora-geral do MSF Brasil, Suzana de Deus, definia assim o trabalho da organização:

Nós, de Médicos Sem Fronteiras (MSF), em campo ou no escritório, acabamos convivendo com as tragédias das pessoas a quem prestamos assistência médica em todas as partes do mundo. Pessoas cujos caminhos se encontram em situações extremas de sobrevivência ou que, de igual modo, sofrem diariamente por doença, morte ou perda. Mesmo convivendo cotidianamente com essa realidade, felizmente não deixamos de nos indignar nem cruzamos os braços (Deus, 2018, p. 3).

Na passagem acima, percebemos novamente como MSF diagnosticou uma perda coletiva de sensibilidade, de solidariedade humana e de capacidade de indignação naquele contexto. Características como empatia e avaliação moral das ações foram atribuídas à equipe de MSF, indicando, em uma perspectiva relacional, que havia outros que não compartilhavam essas qualidades. Visando discutir a prática humanitária de MSF, recuperamos Didier Fassin acerca do humanitarismo sob uma perspectiva biopolítica. Segundo o autor:

A intervenção humanitária é uma biopolítica na medida em que estabelece, monta e administra campos de refugiados, estabelece corredores protegidos para acesso de vítimas de guerra, desenvolve ferramentas estatísticas para medir desnutrição e utiliza meios de comunicação para testemunhar as injustiças no mundo. Mas a intervenção humanitária é também uma política de vida, como sugiro dizer, na medida em que tem por objeto a salvação de indivíduos, o que pressupõe, não só arriscar a vida de outros, mas também fazer uma seleção de quais existências é possível ou legítimo salvar (Fassin, 2007, p. 501, tradução nossa).

Na passagem acima, o autor discute o dilema biopolítico presente na atuação humanitária. Contudo, pondera que, apesar destas contradições, o trabalho da organização também cumpre um papel fundamental ao tornar públicas as ambiguidades da sua atuação, dando visibilidade ao sofrimento humano e propondo a sua proteção e defesa. Dessa forma, o espaço público e midiático passa a ser ocupado por questões humanitárias, e não apenas por disputas geopolíticas⁹. Com isso, torna-se possível compreender a coerência estratégica da ação de MSF, evidenciando que a publicidade é tão importante quanto a própria atuação humanitária, já que, por meio dela, promove-se a repolitização do espaço público ao colocar o sofrimento humano em pauta. Esse espaço, no entanto, apresenta-se ampliado em suas fronteiras e conexões, uma vez que, no milênio atual, ele é potencialmente global.

Para além disso, o discurso humanitário do MSF busca saídas ao percorrer um arquivo constituído pela modernidade, com sua lógica da colonialidade, do racismo e do patriarcado. Construindo alternativas para romper com uma praxe jornalística “herdeira de um costume secular de exibir seres humanos exóticos - ou seja, colonizados (...)”, como refletiu Susan Sontag (2003). Essa prática de “exibição” de sofrimento, segundo Sontag, remonta a uma tradição colonial de reduzir o “Outro” à sua condição de vítima, sem

⁸ *Informação*: Médicos Sem Fronteiras, ano 21, nº 42, fevereiro de 2018, contracapa.

⁹ Sobre a tendência de encobrimento das tragédias humanas, Fassin pondera sobre o genocídio em Gaza: “Trata-se de uma questão geoestratégica, pois Israel é considerado um posto avançado do mundo ocidental no Oriente Médio. É também uma questão econômica, envolvendo a formação de um grande mercado regional e o apoio ao complexo militar industrial internacional. É ainda uma questão ideológica, marcada pela ascensão do racismo anti-árabe e anti-muçulmano, (...)”. Ver: Fassin, D. O aniquilamento de Gaza, uma derrota moral. Entrevista. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/10/28/didier-fassin-o-aniquilamento-de-gaza-uma-derrota-moral/> Acesso: 24 mar. 2014.





considerar as complexidades e as causas estruturais que geram essas condições. Nesse sentido, MSF, ao adotar uma abordagem mais crítica e reflexiva, busca tratar as emergências ao mesmo tempo em que também se envolve em uma condução das narrativas que tratam dos contextos de crise. A capa da edição 2018 da revista fornece indícios sobre as estratégias discursivas adotadas para isso, conforme pode ser observado abaixo:

Figura 1 – Revista Informação



Fonte: Revista Informação, 2018.

Na fotografia (Imagem 01), observa-se no primeiro plano um bebê deitado no colo de uma mulher, presumivelmente a mãe, sendo atendido por um homem de jaleco branco, identificado como um profissional da saúde. Ele segura uma das mãos da criança com ambas as mãos protegidas por luvas cirúrgicas. Sobre a mesa entre eles, é possível ver diversos materiais de atendimento médico, como frascos, embalagens e equipamentos. Todas as pessoas presentes na imagem são negras. Essa composição pode ser interpretada como uma retomada do tema cristão da Pietà, combinada ao tema do cuidado em saúde, representada pelo conhecimento científico e técnico evidenciado pelos insumos médicos à disposição. Trata-se de uma atuação externa à salvação dos “destituídos de poder, limitados à impotência” (Sontag, 2003, p. 67). No entanto, esse acontecimento discursivo que compõe a capa do periódico também traz uma novidade significativa: tanto a figura da mãe, a Pietà, agora assistida pela ciência antes da morte do filho, quanto o profissional de saúde, com seu jaleco branco, são pessoas negras. Retomando as reflexões de Sontag sobre as imagens da dor dos outros:





A exibição, em fotos, de crueldades infligidas a pessoas de pele escura, em países exóticos, continua a promover o mesmo espetáculo (...); pois o outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não como alguém (...) que também vê (Sontag, 2003, p. 63).

A Revista *Informação* subverte tais expectativas. Pois se por um lado, ela está a ativar as conhecidas significações de distanciamento, a saber, o MSF age nesses lugares distantes e exóticos “onde coisas horríveis acontecem”; como dizia Sontag sobre as imagens de sofrimento humano disseminadas nas mídias do ocidente ao início do século XXI (Sontag, 2003, p. 61).; por outro, a fotografia impressa na capa apresenta indivíduos em papéis reconhecíveis e próximos, ou seja, uma mãe amorosa com o seu filho no colo e o profissional de saúde realizando a sua missão esclarecida de salvação da humanidade, porém esses são pessoas pretas. Assim, a imagem parece trazer quem era visto como o outro de volta ao *continuum* da humanidade, busca reestabelecer o que fora rompido pelo racismo e o colonialismo modernos, tece protagonismo para outras subjetividades.

Tal estratégia da publicação de MSF pode ser compreendida lembrando uma reflexão fundamental de Michel Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 1996, p. 10). E o MSF tem clareza disso e vai ao encontro das palavras de Kabengele Munanga sobre o atendimento à saúde ao início do século XXI: “As propostas de intervenção, os projetos e programas de saúde devem ser diversificados e diferenciados. Apesar da modernidade ser a mesma, ela não pode ignorar as diferenças, as desigualdades e as inequidades modernas” (Munanga, 2007, p. 14).

As escolhas editoriais da revista são compreendidas como táticas criativas de políticas de vida, que se infiltram em dispositivos biopolíticos e introduzem novas subjetividades na discursividade humanitária da organização Médicos Sem Fronteiras. Esse movimento pode ser observado a seguir.



Figura 2 - MSF



Fonte: Revista Informação, 2018.

Na contracapa, vemos a ativação do saber geográfico na construção de um mapa global para demarcar, com pontos vermelhos, os locais de atuação da organização em fevereiro de 2018. No Editorial, os dados sobre esse o atendimento também são localizados geograficamente, denominando-os pelos estados nacionais nos quais os atendimentos são realizados naquele momento. Nas fotos, a esquerda, aparece novamente um profissional de saúde negro que parece estar pronto para um atendimento cirúrgico (indicado por sua indumentária); no lado direito da imagem, temos um grupo de pessoas na República Centro-Africana, a informação está nos créditos da foto. Nessa, em primeiro plano, as pessoas caminham em direção do fotógrafo, no plano de fundo, parecem olhar algo em uma árvore, o enquadramento é em perspectiva o que intensifica a ideia de movimento do grupo fotografado, reforçando a ideia de deslocamento populacional atendido por MSF.

No texto do Editorial não há referência direta à República Centro-Africana, embora essa seja a matéria de capa da edição, intitulada: “A violência crescente na República Centro-Africana: insegurança limita a oferta de ajuda humanitária” (Revista Informação, 2018, capa). A diagramação da página 3 (à direita na Imagem 02) é completada com pequenas fotografias dos atendimentos realizados por MSF: na primeira, uma criança é vacinada; na segunda, um homem usando uma camiseta da organização confortável, com um gesto de amparo, um idoso. Há ainda um pequeno recorte com a imagem de Suzana de Deus, diretora-geral do MSF-Brasil à época e autora do Editorial. Os três eixos de atuação do MSF, o atendimento médico, auxílio humanitário e sensibilização coletiva por meio da publicidade do sofrimento, tornam-se visíveis tanto nas imagens quanto nas opções de edição desse volume do periódico, características que se mantêm de forma contínua ao longo do periódico.

Didier Fassin apontou que a repolitização da vida é uma forma de reocupação do espaço público, pois que “a política se exerce sobre e por intermédio dos corpos” (Fassin, 2018, p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, a separação entre o humanitarismo e a ação política, além de ser uma falácia, acaba por criar um vazio de reflexão no qual a desigualdade, a violência, racismo e a injustiça crescem, o que vem a “reforçar a dominação e a exclusão ao negar a possibilidade de vida política aos que a elas são submetidos na prática.”



(Fassin, 2018, p. 514, tradução nossa). Acompanhando as imagens selecionadas para a análise das ações, percebe-se uma nova abordagem comunicativa, assim:

Figura 3



Fonte: Revista Informação, 2020.

A imagem selecionada tem a legenda: “Profissionais da organização MSF em preparo para aplicação de medicamento”, nela observa-se em primeiro plano a atuação de profissionais de saúde negros da organização Médicos Sem Fronteiras, que manuseiam medicamentos (especificamente uma injeção) para aplicação na população, composta majoritariamente por mulheres e crianças, que aguarda em fila no segundo plano da fotografia. A revista informa que o local é a República do Chade, situada no centro-norte da África. Algumas mulheres na fila observam a preparação da injeção, enquanto outras olham para o lado. As crianças, por sua vez, dividem seus olhares entre as mulheres, provavelmente suas mães, e a movimentação em torno da injeção. Acompanhadas de suas tutoras, esses olhares expressam uma mistura de medo, curiosidade e esperança. O ambiente é uma sala simples, aparentemente não destinada originalmente a serviços de saúde, como indica marcas de infiltração no teto e nas paredes. Uma faixa branca e vermelha demarca a separação entre os profissionais e os pacientes, solicitando a organização para um procedimento de vacinação ou aplicação de outra medicação injetável. A exposição, por meio do periódico, da participação de pessoas negras como sujeitos ativos nas atividades médico-humanitárias constitui uma ação afirmativa que contribui para a transformação de conceitos e percepções sociais, promovendo a igualdade de direitos e a proximidade entre diferentes grupos. Assim, ao apresentar mulheres negras como protagonistas no campo do conhecimento científico, a MSF reforça uma estratégia de repolitização por meio da resistência em ação e da exibição de imagens que rompem com estereótipos coloniais, racistas e misóginos.

Na imagem abaixo (Imagem 04), a diversidade cultural e de pertencimento está representada no periódico. Uma mulher ocupa novamente o primeiro plano da fotografia, mas usando vestimentas que se identificam como pertencentes ao Islã, sendo apresentada como cuidadora. Consideramos que a imagem carrega sentidos religiosos, políticos e de gênero para um leitor ideal, presumivelmente branco e ocidental. Dessa forma, ao dialogar com esse olhar ocidental sobre os papéis sociais femininos, a submissão religiosa e o apagamento político das mulheres muçulmanas, a fotografia busca também subverter essas leituras ao expandir o protagonismo da ação. A leitura da imagem é, portanto, deslocada: a mulher detém um papel privilegiado no cuidado, não apenas de suas redes sociais semelhantes, mas também de outros grupos. Esse





protagonismo é reforçado pela legenda que acompanha a fotografia, disciplinando o olhar do leitor e orientando sua interpretação, como pode ser observado a seguir

Figura 4



Fonte: Revista Informação, 2018.

A imagem 04 possui a legenda: “Mulheres do Iêmen desenvolvem ação representativa de atividade médica para com a população assolada por doenças e feridos pelo conflito armado no país”. Nela a profissional da saúde, sujeito da ação de vacinar, é uma mulher muçulmana, pois que está usando uma burca, ou chadri, tal imagem busca aproximar o que era distante, deixa mais fina a linha que separava a humanidade, que dividia o nós e os outros. Percebe-se que a participação das populações locais nas ações humanitárias de MSF é uma prática constante da organização, pois que a atuação é facilitada pela proximidade cultural entre profissionais e pacientes.

Na próxima imagem selecionada (Imagem 05), estão presentes em primeiro plano pessoas negras e brancas. Em primeiro plano, há uma mulher segurando um bebê, uma profissional de MSF (identificada pela camiseta que veste), um homem de cócoras e uma mulher deitada de lado no chão. Essa última é atendida pela profissional de MSF, uma mulher branca. A fotografia é de um local aberto, com vegetação de savana ao fundo, onde destaca-se uma grande árvore a esquerda em segundo plano. Ao lado dessa existe um amontoado de baldes e sacolas plásticas, aparentando ser um sistema fornecimento de água potável. Atrás do homem estão dispostos comunicadores portáteis, indicando que esse também seria um profissional de MSF, guia ou interprete. As roupas das mulheres negras são de características da sua cultura e a revista informa a nação, o Sudão do Sul, país que se tornou independente do Sudão em 2011, a instabilidade política estava presente no ano da fotografia, tirada em 2017, em que a instabilidade política ainda era uma realidade no país, o que agravava as condições de atendimento de saúde para a população. Na fotografia, a ajuda prestada por MSF é retratada como urgente e realizada em condições precárias, com o objetivo de atender as comunidades do interior do jovem estado. Essa ideia é reforçada pela fita de demarcação ao fundo, pelo atendimento ao ar livre, sobre uma esteira, e pelo desconforto evidente das pessoas retratadas, como pode ser visto abaixo:



**Figura 5**

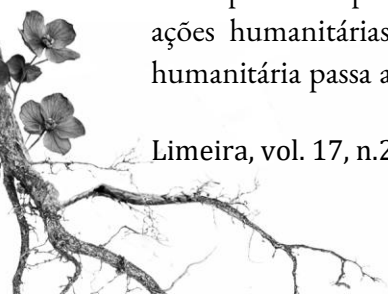
Fonte: Revista Informação, 2017.

A imagem 05 possui a legenda: “Atendimento *in loco*”, ela pode ser abordada também como um encontro entre culturas diferentes, uma rica em desenvolvimento humano e tecnologias, com roupas claras e disposta ao auxílio de outros. Outra exposta a uma vida precária, de abandono em um ambiente natural, pois que nenhum outro utensílio da cultura do Sudão do Sul aparece na fotografia a não ser as roupas. Representações do cuidado médico dos quais a revista e a organização tentam fugir, mas que reaparecem, emergem em detalhes negligenciáveis ao fundo, o que reforça espaços e subjetividades preestabelecidas na colonialidade moderna. São assim apresentadas relações étnicas, culturais, sociais e políticas, entre inovações e permanências discursivas.

Didier Fassin afirma que as políticas de vida estão intrinsecamente ligadas ao biopoder, ou seja, aos direcionamentos políticos sobre quem deve ser atendido e quem ficará à margem. O autor se aproxima de um debate em que diferentes entendimentos e leituras sobre as mesmas ações e práticas de saúde locais interferem nas relações econômicas e geopolíticas de um país ou região. Destacam-se, nas imagens, a relação humana entre diferentes culturas que, embora distantes em seus contextos, buscam um objetivo comum: a cura, o atendimento, a assistência. No entanto, também tornam possível vislumbrar a distância de compreensão sobre as ações possíveis para alcançar esse objetivo. A forma como os corpos são compreendidos, bem como a relação entre percepção e sentimentos, são elementos fundamentais na construção do processo de saúde e doença.

Considerações Finais

A análise da atuação de Médicos Sem Fronteiras (MSF) no contexto do trabalho humanitário e da repolitização da ajuda humanitária encaminha a repensar as mudanças nas dinâmicas de ajuda internacional e o impacto das políticas migratórias no trabalho das organizações humanitárias. Ora, se, inicialmente, as ações humanitárias eram vistas como neutras, apartadas da política e da moral, hoje a intervenção humanitária passa a ser reconhecida como um ato político, um compromisso com a justiça social que vai





além da simples entrega de assistência. Ao divulgar os sofrimentos que ocorrem em contextos de guerra, migração forçada ou crise sanitária, MSF não apenas presta socorro, mas também expõe as falhas do sistema internacional que perpetuam essas condições de vulnerabilidade.

A crescente securitização da imigração, conforme recomendado por Osaki, coloca a organização em uma nova posição, pois ela se vê diante de um cenário em que as políticas de restrição e controle das fronteiras tornam-se mais rígidas, dificultando o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade a serviços básicos, incluindo cuidados médicos.

As políticas de vida são também biopolíticas, porém o humanitarismo é uma ação política concreta contra as distinções de raça, gênero, etnia ou nacionalidade que escolhem quais seres humanos serão dignos de auxílio e comoção pública diante do seu sofrimento e quais serão relegados a indiferença. Para Fassin, a ação humanitária é uma construção histórica contra a desumanidade das guerras e que remete a dois sentidos próprios do conceito de humanidade, a saber:

Por um lado, é um conceito que sugere que a humanidade, enquanto coletivo de seres humanos, é una e indivisível - um conceito que, como se sabe, é ao mesmo tempo recente e frágil. Por outro lado, é um sentimento que manifesta um gesto de humanidade de um indivíduo para com outros seres humanos que sofrem ou estão em perigo - sentimento que dá um sentido concreto de pertencimento à espécie humana. Esse paradigma foi estabelecido em contraste com outros que implicavam distinções entre os seres humanos (através de ideias de raça, por exemplo) ou promoviam indiferença com os outros distantes (particularmente estimulando sentimentos nacionalistas) (Fassin, 2007 p. 518).

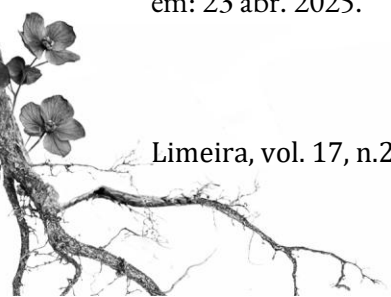
Ao refletir sobre os dispositivos biopolíticos nas ações humanitárias possibilita-se a expansão do potencial das políticas de vida ali também subjacentes. Somente a repolitização da ação humanitária, as estratégias e táticas das políticas de vida trazidas por MSF, a reflexão sobre o valor das vidas humanas e a crítica às necropolíticas contemporâneas podem auxiliar a ocupar um pouco do espaço público/político com novas subjetividades e faces para a história.

Se, como disse Agier (*apud* Arantes, 2025, s.p.) as imagens possuem um papel central na construção do imaginário social contemporâneo e tem sido produzidas para emitir sentidos políticos, como medo, repulsa ou ameaça, o periódico Informação do MSF tem atuado no caminho inverso, como um canal de resistência nessa disputa narrativa, com a convicção de produzir outros sentidos, como um humanitarismo necessário e um horizonte ético em busca de uma cosmopolítica que na prática preze por uma reciprocidade, uma hospitalidade e uma solidariedade verdadeiramente comprometida com o bem comum.

Referências

ALVAREZ, Marcos Cezar. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002, p. 677 a 704.

ARANTES, José Tadeu. **Migrantes e refugiados: a construção da figura do 'indesejável'**. <https://agencia.fapesp.br/migrantes-e-refugiados-a-construcao-da-figura-do-indesejavel/54551>. Acesso em: 23 abr. 2025.





BAUMAN, Zygmund; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COSTA, João Miguel Gomes de Almeida Gama. **Médicos Sem Fronteiras e as limitações da ajuda humanitária: (Preenchendo uma lacuna)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Internacionais). ISCTE-Universidade de Lisboa, 2021.

DERDERIAN, Katharine; SCHOCKAERT, Liesbeth. Respostas a Fluxos Migratórios Mistos: uma perspectiva humanitária. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 6, nº 10, São Paulo: junho 2009, p. 107- 119.

FASSIN, Didier. From Right to Favor. The Refugee Question as Moral Crisis (A questão dos refugiados como crise moral). **The Nation**. Apr 5, 2016. Disponível em: <https://www.thenation.com/authors/didier-fassin/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FASSIN, Didier. Humanitarianism as a politics of life. **Public Culture**. Vol.19, Issue 3. Duke University Press, fall 2007 (p.499-520). Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/19/3/499/31885/Humanitarianism-as-a-Politics-of-Life>. Acesso: 08/05/2023.

FASSIN, Didier. **O aniquilamento de Gaza, uma derrota moral**. Entrevista. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/10/28/didier-fassin-o-aniquilamento-de-gaza-uma-derrota-moral/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FASSIN, Didier. **Por uma repolitización del mundo: las vidas descartables como desafio del siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

FASSIN, Didier. The biopolitics of otherness. Undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. **Anthropology Today**. Vol. 17, n. 1, february 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2678317>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 29 (63). Sep-Dec 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980**. 2 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)** São Paulo: Martins Fontes, 2008.





GUIMARÃES, Ana Clara Figueira. **Responsabilidade ao Proteger (R2P)**: iniciativa empreendedora normativa como forma complementar de contribuição humanitária. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 20, nº41, agosto de 2017.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 21, nº 42, fevereiro de 2018.

REVISTA INFORMAÇÃO: **Médicos Sem Fronteiras**, ano 23, nº46, janeiro, 2020.

LUCA, Tânia R. de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP/ ANPUH, 2008.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**. 2001, vol.23, n.1, pp.171-209.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **MSF: 50 anos**. Disponível em: <https://www.msf.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Doutrina da responsabilidade**. <https://guiadefontes.msf.org.br/doutrina-da-responsabilidade-ao-proteger-rwp/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, junho, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: Acesso em: 4 abr. 2023.

MUNUNGA, Kabengele. Saúde e diversidade: editorial especial. In: **Saúde Social**. São Paulo. v. 16, nº 2, p. 13-18, 2007.

OLINTO, Beatriz. A.; MOREIRA, G.; MONSSAO, M. R. 50 anos da organização Médicos Sem Fronteiras: Memória e historicidade em produções comemorativas. (prelo) **Espaço Plural**. UNIOESTE, 2024.

OSAKI, Rafaela C. A narrativa societal da ameaça imigrante e a securitização da migração externa na Fortaleza Europa. **Revista Monções**. Dourados, MS. Vol. 13, nº 26, jul./dez. 2024.

SANTOS, Boaventura de S. **O futuro começa agora**: da pandemia a utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilian. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2019. p.31.





STEIN, Marcos; OLINTO, Beatriz. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, 46 (2), 2020.

SIVANANDAN, Ambalavaner. Poverty is the New Black. **Race & Class**, v. 43, n. 2, p. 1-5, October 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0306396801432001>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

UNHCR ACNUR Brasil. **Convenção Relativa ao estatuto de refugiados** (1951). Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNHCR ACNUR Brasil. **Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UNHCR ACNUR Brasil. **Declaração de Cartagena (1984)**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

